

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A realidade alternativa do sr. Dias Toffoli



É dever do STF conter a sanha do ministro de reescrever a história da Lava Jato ou ter a coragem de vir a público e referendar sua cruzada. O silêncio da Corte é péssimo para o País

A fábula sobre a Operação Lava Jato a que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli tem se dedicado a escrever nos últimos meses ganhou mais um capítulo anteontem. Monocraticamente, como se tornou habitual, o ministro declarou a “nulidade absoluta” de todos os atos processuais e investigações em desfavor de ninguém menos que o notório empreiteiro Marcelo Odebrecht, uma das figuras mais identificadas com o esquema do

“petrolão” do PT.

De antemão, é preciso registrar que, fosse Dias Toffoli minimamente cioso das obrigações que as leis, a ética profissional e o senso de decência impõem à toga, ele não deveria assinar uma lauda sequer em processos envolvendo a Novonor (antiga Odebrecht) ou seus altos executivos, por absoluta suspeição. Como é público, Marcelo Odebrecht já identificou Dias Toffoli, em depoimento oficial, como sendo “o amigo do amigo de meu pai”, numa referência ao presidente Lu-

la da Silva, à época investigado no âmbito da Lava Jato, e ao pai do empresário, Emílio Odebrecht – de fato, um amigo de longa data do petista.

Mas, ignoradas essas barreiras legais e éticas para atuar no caso, o céu se tornou o limite para a imaginação fértil do sr. Dias Toffoli, como o ministro demonstrou ao longo das 117 páginas de sua decisão. Nessa peça de realismo fantástico, o mesmo Marcelo Odebrecht que se notabilizou por seu envolvimento direto e abrangente no maior esquema de corrupção de que o Brasil já teve notícia seria, na verdade, uma pobre vítima da truculência do Estado a merecer o amparo da mais alta instância do Poder Judiciário.

Como a realidade factual é irrelevante para quem está empenhado em acomodar a História em sua agenda de ocasião, o ministro Dias Toffoli não pareceu constrangido com o fato de que Marcelo Odebrecht confessou a prática dos crimes dos quais foi acusado – em particular, o pagamento de propina para ao menos 415 políticos de 26 partidos. Espancando a lógica, o ministro manteve hígido o acordo de colaboração premiada assinado pelo empresário em seus bônus, mas tornou inválidos os seus ônus.

Zombando da inteligência alheia – ou simplesmente dando de ombros para os fatos –, Dias Toffoli quer que a sociedade acredite que um dos mais bem-sucedidos empresários do País, assessorado, portanto, por uma equipe de advogados

altamente qualificados, teria sido alvo, ora vejamos, de um “incontestável conluio processual” engendrado pelo então juiz Sérgio Moro e membros da força-tarefa do Ministério Público Federal em Curitiba (PR). E tudo isso com o objetivo de cercear “direitos fundamentais do requerente (Marcelo Odebrecht)”, como, por exemplo, o due process of law”. Tenha paciência.

Dito isso, por mais relevante que seja a participação individual do ministro Dias Toffoli nessa cruzada revisionista da Operação Lava Jato, seu papel é menos importante e nefasto para a institucionalidade republicana do que a omissão de seus pares no STF. Desde setembro de 2023, Dias Toffoli tem tomado uma série de decisões monocráticas em favor de empresários que confessaram graves crimes. E o fizeram não porque foram submetidos a uma terrível violência patrimonial e psicológica por agentes do Estado, mas porque foram espertos para identificar um bom negócio – os acordos de leniência e de colaboração premiada – quando estiveram diante de um.

Nenhuma dessas decisões tem sido escrutinada pelo STF como instituição colegiada. E é crucial para o País que o sejam o mais rápido possível. Só o plenário da Corte será capaz de sopesar as ilegalidades cometidas durante a Lava Jato e suas reais implicações nos casos individuais. Se depender apenas de Dias Toffoli, a criança será jogada fora com a água do banho. ●

Cenário econômico desconfortável

Piora das expectativas do mercado sobre inflação, juros, PIB e quadro fiscal reforça incertezas que já pressionam e dividem o Banco Central. Crise no Rio Grande do Sul é fator adicional

O Banco Central (BC) bem que tentou, mas o argumento técnico utilizado para explicar o racha entre os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) não convenceu todo o mercado financeiro, e os investidores rapidamente se ajustaram a esse cenário turbulento.

A última edição do *Boletim Focus* mostrou o preço da quebra das expectativas. Tudo piorou. A projeção para a inflação deste ano subiu de 3,76% para 3,80%, e para o IPCA de 2025, de 3,66% para 3,74%. A estimativa para o déficit primário deste ano aumentou de 0,64% para 0,70% do Produto Interno Bruto (PIB), e para o ano que vem, de 0,60% para 0,63% do PIB.

Para a Selic, a previsão dos analistas ouvidos pela pesquisa é a de que ela

encerre o ano em 10% ao ano, ante 9,75% na semana anterior e 9,50% há um mês. O dólar, por sua vez, subiu de R\$ 5,00 para R\$ 5,04. E até a expectativa para o crescimento do PIB deste ano recuou de 2,09% para 2,05%, algo que não ocorria desde junho do ano passado.

Pode-se argumentar que há razões variadas por trás do mau humor manifestado pelo mercado. Há dúvidas sobre o início do corte de juros nos Estados Unidos, mais uma vez postergado em razão da inflação elevada e do crescimento da economia. No cenário interno, a mudança nas metas fiscais de 2025 e 2026 também não foi bem recebida nem o pedido de abertura de crédito extraordinário para permitir gastos extras de R\$ 15,7 bilhões neste ano.

Esses fatores, no entanto, já vinham

sendo assimilados pelos investidores nas últimas semanas, tanto que as expectativas já haviam piorado um pouco. A novidade, desde a semana passada, foi a divulgação da ata da reunião do Copom. Todos reconheceram que as expectativas de inflação estão desancoradas, mas isso não impediu que quatro dos nove diretores votassem por uma redução maior dos juros.

Se essa decisão se deveu, de fato, à defesa da sinalização dada pelo Copom na reunião anterior, e não por tolerância dos membros indicados pelo presidente Lula da Silva com uma inflação mais alta, isso poderá ser comprovado em breve. O teor do documento foi considerado duro e não deixou muito espaço para uma nova redução da taxa básica de juros na reunião de junho. Na dúvida, os analistas ajustaram suas posições para a Selic e para a inflação – ambas para cima, o que, em tempos normais, soaria até contraditório.

Outro aspecto ainda a ser devidamente mensurado pelo mercado é o impacto das chuvas no Rio Grande do Sul. O Estado é hoje a quarta maior economia do País, e as cheias atingiram as regiões mais pujantes, como a região metropolitana de Porto Alegre e a Serra Gaúcha, além de municípios populosos como Santa Maria e Pelotas.

Retomar as atividades será um processo lento e que pode causar efeitos severos na economia gaúcha, mas os

impactos da tragédia não são unicamente locais. Fábricas da Volkswagen em São Paulo, por exemplo, anunciaram férias coletivas por falta de peças fornecidas por empresas instaladas no Rio Grande do Sul, que estão impossibilitadas de produzi-las e transportá-las a outras localidades.

Há ainda risco de que a calamidade no Sul impulse o preço dos alimentos em todo o País e derrube a arrecadação estadual e dos municípios gaúchos. Novas rodadas de repasses de recursos são mais do que esperadas.

Sabe-se que a ajuda federal já anunciada, de R\$ 12,2 bilhões, será suficiente apenas para ações emergenciais e não dará conta do valor necessário para a reconstrução da infraestrutura do Estado nem para o apoio permanente a uma parcela de população que não compunha o grupo dos vulneráveis, mas que pode vir a necessitar de benefícios assistenciais para sobreviver em um cenário de destruição.

A depender da forma como essa ajuda venha a se materializar, pode haver uma percepção de piora do quadro fiscal, aumento das expectativas de inflação e, consequentemente, ainda mais pressão sobre os juros. Nesse cenário, as próximas declarações dos integrantes do Copom e as decisões do Banco Central serão analisadas com lupa. A autonomia e a credibilidade da instituição serão postas à prova. ●